

[Handwritten signature]

Reunião Ordinária – Ata nº 08/2014

Data – 2014-04-22

Início – 09.30 horas

Local – Cidade de Abrantes, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

Termo – 11.35 horas

Presenças:

Presidente João Carlos Caseiro Gomes (em substituição)

Vereadores Celeste Maria Ferreira Riachos Simão
Manuel Jorge Séneca da Luz Valamatos Reis
Luis Filipe Correia Dias
Luís Nuno Ablú Dias (em substituição)
Avelino Manuel Conceição Manana

Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização – Catarina Alexandra Justino Santos

Falta: Não estiveram presentes a Presidente da Câmara, Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque, e a vereadora Elza Rufina Afonso de Jesus Vitório, por motivos profissionais.

Foi apresentada justificação e considerada justificada a falta dadas à reunião de 08 de abril de 2014, pelo vereador Avelino Manuel Conceição Manana.



Resumo Diário da Tesouraria de 21-04-2014:

a) Dotações Orçamentais €6.027.019,50
b) Dotações não Orçamentais €147.115,75

Total das Disponibilidades €6.174.135,25



Não podendo estar presente na reunião, por motivos profissionais, a vereadora eleita pelo Partido Social Democrata, Elza Rufina Afonso de Jesus Vitório, manifestou à Presidente e ao Vice-Presidente da Câmara, previamente à reunião, a sua vontade de se fazer substituir pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da lista do Partido Social Democrata apresentada às Eleições Autárquicas de 2013, Luís Nuno Ablú Dias.

Desta forma, dando cumprimento ao previsto nos artigos 78º e 79º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, verificando-

-se que Luís Nuno Ablú Dias se encontrava no edifício dos Paços do Concelho, foi o mesmo convocado e, não tendo recusado a substituição, passou a tomar parte da reunião.



O Vice-Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram nove horas e trinta minutos, dando início ao período de intervenção aberto ao público.



PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

(nº 6 do artigo 49º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

Esteve presente o munícipe Luís Maria Medroa, residente em Martinchel, no sentido de expor e questionar o executivo sobre algumas matérias.

Referiu-se à remoção de um sinal de STOP da sua propriedade, dizendo que quando esteve presente na reunião de 5 de agosto de 2013 foi-lhe dito que a situação seria averiguada.

Disse também que, no dia 5 de junho, no lugar de Cabeço das Malhadas, em Martinchel, esteve presente um fiscal da Câmara para informar sobre a correspondência de um troço de estrada relativamente ao que consta da caderneta. Até agora não soube nada.

Referiu-se ainda à abertura de estrada no seu terreno, aguardando a decisão do Tribunal.

Abordou também a necessidade de manilhas ao fundo da sua propriedade, dizendo que estaria na disposição de ceder terreno para que sejam colocadas as manilhas na linha de água.

O Vice-Presidente disse que irá averiguar os procedimentos internos relativamente à visita do fiscal.

Quanto à remoção do sinal, irá solicitar à Junta de Freguesia que esclareça devidamente a situação.

Sobre a questão da linha de água, o vereador Manuel Valamatos referiu ser importante que se dê conta não só do que ficou por fazer, mas também o que foi feito, uma vez que outras situações que foram reportadas pelo munícipe foram resolvidas. Quanto à situação concreta, uma eventual intervenção que seja feita no local tem que ser autorizada pela ARH.

Aproveitou para referir que lhe foi transmitido pela própria Presidente da Junta de Freguesia que esta autarquia foi alheia à remoção do sinal. A falta de sinalização significa a obrigatoriedade de cumprimento do código da estrada.

O munícipe disse que a Presidente da Junta mandou cortar o sinal e fez várias acusações à mesma.



O Vice-Presidente da Câmara deu por encerrado o período de intervenção aberto ao público, tendo-se passado ao ponto seguinte.

O Vice-Presidente da Câmara apresentou para votação, a parte da ata relativa às intervenções do executivo, da reunião anterior.

Foi dispensada a sua leitura, por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.

O vereador Avelino da Conceição Manana absteve-se da votação por não ter estado presente.

O vereador Luís Nuno Ablú Dias, ainda que não tivesse estado presente na reunião anterior, questionou a razão para não ter sido transcrita para a ata uma declaração apresentada pela vereadora Elza Vitório no período antes da ordem do dia da reunião anterior.

O Vice-Presidente esclareceu que a declaração em causa não foi transcrita para a ata porque o seu conteúdo era de 3 páginas. Contudo, como referido na ata em aprovação, a referida declaração fará parte integrante da ata, como anexo, não se pretendendo desvirtuar qualquer informação.

Disse que o procedimento habitual, e que já vem de mandatos anteriores, é o de transcrever as declarações quando estas têm uma ou duas páginas e de as anexar quando têm três ou mais páginas. Explicou que esta distinção pelo tamanho das declarações tem a finalidade de evitar que as atas se tornem muito extensas e de diminuir a possibilidade de lapsos na transcrição dos textos. A declaração feita pela Presidente da Câmara no dia 25 de março, a que o vereador se referiu continha duas páginas, pelo que, seguindo este procedimento, foi transcrita na ata.

A parte da ata relativa às intervenções do executivo, da reunião anterior foi aprovada, por maioria, com a abstenção do vereador Avelino da Conceição Manana e o voto contra do vereador Luís Nuno Ablú Dias, que apresentou a seguinte declaração de voto:

"O voto do Vereador (em substituição) eleito pelo PSD e contra a aprovação da ata, pela não transcrição da declaração apresentada pela vereadora Elza Vitório no PAOD da referida reunião, não aceitando o argumento apresentado de que o texto da referida declaração é muito extenso.

Tal ato consubstancia uma notória violação do dever de imparcialidade (visto ter sido transcrita a declaração da Srª Presidente na ata da reunião de dia 25/03/2014) a que estão sujeitos os eleitos locais, criando uma situação de desigualdade de tratamento e contraria ao Estatuto do Direito da Oposição, cujo relatório referente ao ano transato foi aprovado recentemente."



INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ANTES DA ORDEM DO DIA (artigo 52º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)



VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA

O Vice-Presidente da Câmara deu conhecimento de 3 ofícios do Ministério da Defesa, Exército Português, que dão conta da realização de exercícios fogos reais no polígono de tiro da Brigada Mecanizada, em Santa Margarida, nos próximos dias 29 de abril e 9 e 29 de maio. – 168505; 168366; 168368

Tomado conhecimento.



Informou que em conformidade com o despacho da Presidente da Câmara, a Agência do Banco de Tempo de Abrantes fica ligada ao Serviço de Ação Social da Câmara Municipal, tendo como coordenadora deste serviço a Técnica Superior Marisa Espadinha.

Tomado conhecimento.



O Vice-Presidente da Câmara deu conhecimento do programa das comemorações do 25 abril.

Tomado conhecimento.



Referiu que, no próximo dia 26 de abril, pelas 9:30 horas, decorrerá no auditório da ESTA – Escola Superior de Tecnologia de Abrantes uma sessão ordinária da Assembleia Municipal.



VEREADORA CELESTE SIMÃO

A vereadora Celeste Simão deu conhecimento de um ofício do diretor do Centro Distrital de Santarém do Instituto da Segurança Social IP, sobre a celebração de acordos de cooperação para a resposta social do ERPI com o Centro Social Interparoquial de Abrantes e o Centro Social do Pego – 167512

Aproveitou para, em conjunto com o Vice-Presidente da Câmara, fazer o ponto de situação de cada um dos processos, estando ambos a aguardar pareceres externos com vista à emissão de licença de utilização.

Tomado conhecimento.



VEREADOR LUÍS DIAS

O vereador Luís Dias fez referência às atividades previstas no âmbito das comemorações do 25 de abril.



Deu conhecimento de um e-mail da União de Freguesias de Alvega e Concavada dando conhecimento que, após reunião com as Associações da Freguesia de Alvega e Concavada, foi aprovada a não realização do Festival de Gastronomia, uma vez que o trânsito foi desviado para a Praça da república, local onde o evento habitualmente se realiza.

Mais referiu que este assunto se encontrava agendado na ordem de trabalhos da Assembleia Municipal.

Tomado conhecimento.



VEREADOR AVELINO MANANA

O vereador Avelino Manana apresentou o seguinte pedido de esclarecimentos:

"O assunto que aqui colocamos é o mau estado da rede viária na Freguesia de Mouriscas. Como é sabido foi há cerca de um ano instalado o saneamento básico nesta freguesia. As obras, por motivos vários, foram-se atrasando e duraram cerca de dois anos. Durante este período foi penoso circular pelas principais vias, pelo que podemos dizer que Mouriscas foi, durante dois anos, um estaleiro a céu aberto.

No final do mandato anterior os buracos foram remendados, processo que julgamos normal pois é comum a terra abater e consequentemente com ela abater qualquer material que ali se coloque e foi isso que aconteceu. Neste momento já parte dos remendos saltaram e nalguns locais a terra abateu pelo se torna novamente complicado circular por estas vias.

Já neste mandato o Sr. Vereador Valamatós deslocou a freguesia por mais do que uma vez e acompanhado pela Sr^a Presidente da Junta, Teresa Dinis, pode constatar o relatado.

Também o Largo do Espírito Santo, largo emblemático da Freguesia, que durante o processo de colocação do Saneamento Básico serviu de estaleiro às obras, aguarda pela sua requalificação. Sabemos que já existiram vários projetos para o reestruturar mas o que foi dito na altura e que se deveria esperar pelas obras do saneamento.

Assim, a nossa questão é para quando a pavimentação da rede viária da freguesia de Mouriscas e para quando a requalificação do Largo do Espírito Santo?"

O vereador Manuel Valamatós referiu que efetivamente, em algumas situações, o asfaltamento cede e esta foi uma delas. O procedimento normal passa por reasfaltar alguns locais. Contudo, o empreiteiro encontra-se em insolvência e isso torna a intervenção mais difícil, porque têm que ser acionados os mecanismos legais.

O vereador Avelino Manana questionou qual a projeção para o asfaltamento da estrada que liga São Facundo a Vale das Mós.

□□

Solicitou ainda, que fosse analisada a possibilidade de os assuntos da ordem de trabalhos serem entregues na quarta-feira que antecede a reunião, em vez de na quinta-feira, para permitir a melhor análise.

O Vice-presidente remeteu estes assuntos para informação e discussão numa próxima reunião.

□□□

VEREADOR LUÍS ABLU

O vereador Luís Ablú Dias abordou a questão do estacionamento do Centro Histórico, questionando se as marcações de estacionamento já se encontram todas concluídas, uma vez que na Rua Nova ainda não foram feitas as marcações dos lugares previstos.

Questionou também se efetivamente a fiscalização já se iniciou.

O Vice-Presidente, quanto à primeira questão, disse que iria verificar se de facto houve algum lapso, ou se esse local foi retirado das bolsas de estacionamento.

Disse também que houve necessidade de proceder a algumas alterações na sinalização, por sugestão da Polícia de Segurança Pública. Reunidas as condições a fiscalização iniciar-se-á brevemente, também por iniciativa da própria PSP.

□□□

ORDEM DO DIA

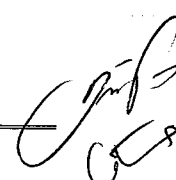
(artigo 53º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

Nº 01 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou a proposta de lei 213/XII relativa ao Regime jurídico de acesso e exercício de Atividades de Comércio Serviços e Restauração (RJACSR), bem como o parecer da ANMP referente à referida proposta. - 165021

Tomado conhecimento.

□□

Nº 02 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou um ofício do Ministério da Defesa Nacional - Exército Português - Brigada Mecanizada - Esquadrão de Reconhecimento, que dá conta da realização de exercícios de fogos reais no polígono de tiro da Brigada Mecanizada, no dia 05 de maio de 2014. - 166668



Tomado conhecimento.



Nº 03 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, deu conta do seu despacho datado de 15 de abril de 2014, a autorizar a integração do Comandante Operacional Municipal (COM) no Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais - DECIF 2014, a convite da Autoridade Nacional de Proteção Civil, salvaguardando como prioritária, a sua ação e responsabilidade no território do concelho de Abrantes. - 167140

Tomado conhecimento.



Nº 04 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 06 de abril de 2014, que aprovou o apoio solicitado pela Associação Centro Comercial Ar Livre de Abrantes, no âmbito da atividade "O Centro Histórico faz bem", a realizar entre os dias 4 e 23 de abril de 2014, designadamente, conceção e impressão de flyers (400) e cartazes (300), utilização das estruturas da "BTL" para colocar nas praças/largos do Centro Histórico e a divulgação do evento nos meios de comunicação próprios. - 165035

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu a Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no n.º 3 do artº 35 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara.



Nº 05 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 09 de abril de 2014, que aprovou o apoio solicitado pela Liga Portuguesa contra o Cancro, no âmbito da campanha "Portugal de Lés a Lés Contra o Cancro", designadamente na divulgação da iniciativa, na organização de um local onde a autocaravana possa estacionar, quer para esperar pelos elementos que circularão de bicicleta, quer para divulgação da mensagem da Liga. - 164604

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu a Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no n.º 3 do artº 35 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara.



Nº 06 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, minuta de protocolo tendo em vista a operacionalização do "Projeto Bairro ConVida".

Remete igualmente, para aprovação minutas de contratos de arrendamento e de comodato dos espaços a utilizar no Edifício Millenium. – 167914

O vereador Avelino Manana disse que, pese embora a abordagem já feita a esta matéria, ainda não conhece o projeto propriamente dito. Disse estar de acordo com a constatação de que existem problemas naquele bairro. Contudo desconhece se outros locais do concelho, e até das freguesias rurais, necessitariam de idêntica intervenção.

Referiu também ter dúvidas relativamente à eficácia desta medida relativamente à questão do cinema, já que se tem assistido ao encerramento de salas de cinema.

Disse ainda estar contra a forma como o aluguer é feito, uma vez que deveriam ser as próprias associações a alugar os espaços, com o apoio da Câmara Municipal.

A vereadora Celeste Simão esclareceu que o projeto foi delineado pela Câmara Municipal, e sustenta-se com base no protocolo agora proposto, sendo que a curto prazo será apresentado um plano de atividades.

A necessidade de intervenção em Vale de Rãs foi identificada pelo Conselho Municipal de Segurança, como sendo um dos bairros mais problemáticos e consta do Contrato Local de Segurança, como uma área prioritária de intervenção, ainda que este não tenha ainda sido assinado com o governo.

Não significa, contudo, que não existam outros locais que necessitem de intervenção, este é prioritário.

Disse que o projeto tem, acima de tudo, uma componente imaterial que é um trabalho de intervenção comunitária, com vários parceiros. O importante é trabalhar-se com o bairro e não para o bairro.

Explicou ainda a intervenção de cada um dos parceiros que constam do protocolo neste projeto.

O vereador Luís Dias referiu-se à questão do cinema, dando conhecimento que o funcionamento desta sala é uma necessidade para o concelho. Esclareceu que esta sala tem características diferentes das do Cineteatro São Pedro, salientando a capacidade da sala e o modo de projeção dos filmes.

Relativamente à entrada de uma empresa privada no protocolo – a Almalusa – referiu que, com a parceria a celebrar, se pretende que os produtos produzidos pelos alunos dos cursos de formação do IEFP, nomeadamente de costura, entrem no mercado através desta empresa, cujos produtos comercializados são uma referência.

Deliberação: Por maioria, com o voto contra do vereador eleito pela CDU, Avelino Manana, aprovar a referida minuta de protocolo, bem como as minutas de contratos de arrendamento e de comodato, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.

Submeter à aprovação da Assembleia Municipal, a assunção de compromisso plurianual relativamente aos anos de 2015 e 2016, nos termos previstos na Lei 8/2012, de 21 de

fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho.

O vereador Avelino Manana apresentou a seguinte declaração de voto:

"A CDU está de acordo com o projeto apresentado " Bairro Convida" em relação aos objetivos e atividades a desenvolver. No entanto, discordamos, e, por isso, votámos contra, dos meios para atingir os objetivos propostos, em particular não concordamos que seja a Câmara Municipal a servir de intermediário no aluguer dos espaços. Na nossa opinião, o apoio deve ser dado diretamente às associações envolvidas no referido projeto."

O vereador Luís Ablú disse ser de salutar a iniciativa, esperando e desejando todo o sucesso. Contudo, sugeriu que se procure salvaguardar toda a transparência nestes contratos de arrendamento, para que não deixem quaisquer dúvidas à população, que tendencialmente se suscitam neste tipo de contratos, entre público e privados.



Divisão Administrativa e de Modernização

Nº 07 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, deu conta do despacho de arquivamento no Inquérito do processo 657/13.2TAABT do Ministério Público de Abrantes, datado de 02 de Abril de 2014, no âmbito da reclamação nº 0297775 apresentada pelo munícipe Jorge Manuel da Costa Ferreira Dias, efetuadas em ato subsequente à reunião de câmara do dia 2 de setembro de 2013. - 166846

Tomado conhecimento.



Nº 08 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou um e-mail do Grupo Parlamentar do PCP, dando conta que, para além da apreciação parlamentar já requerida pelo referido Grupo ao Decreto-Lei n.º 45/2014, que "Aprova o processo de reprivatização da Empresa Geral do Fomento, S.A." e que será discutida no Plenário da Assembleia da República no próximo dia 2 de maio, foi igualmente apresentado requerimento na Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local, para a realização de uma Audição Pública sobre o processo de privatização da Empresa Geral do Fomento. - 167839

Tomado conhecimento.

Nº 09 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, nova minuta de contrato de arrendamento social, a utilizar nos novos arrendamentos sociais. – 165352

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida minuta de contrato, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.



Divisão Financeira

Nº 10 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Divisão Financeira, datada de 15 de abril de 2014, que remete para aprovação, pedido de parecer prévio vinculativo, referente à renovação do contrato nº 24/2013 de aquisição de serviços de publicidade no jornal "Nova Aliança", no montante de 5.448,96€ (cinco mil quatrocentos e quarenta e oito euros e noventa e seis cêntimos), acrescido de Iva à taxa legal em vigor. - 102622

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido parecer prévio vinculativo, nos termos da citada informação da Divisão Financeira.




Nº 11 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 15 de abril de 2014, que aprovou a autorização para assunção de compromisso plurianual ao abrigo da Autorização Prévia da Assembleia Municipal 2014, para aquisição de produtos químicos para o complexo de piscinas de Abrantes (piscina coberta e piscina de ar livre) e piscina municipal de Tramagal. – 161418

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu a Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no n.º 3 do artº 35 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara.



Nº 12 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Divisão Financeira, datada de 15 de abril de 2014, que remete para aprovação, a atribuição do montante de 500,00€ (quinhentos euros), à Associação Nacional de Desporto para Deficientes Visuais (ANDDVIS), destinado a apoiar o atleta invisual Nuno Antunes, natural da freguesia de Fontes, concelho de Abrantes, visando garantir as condições essenciais para a presença do subcapitão da seleção nacional de Goalball no europeu da modalidade, entre os dias 22 e 29 de setembro de 2014, na Hungria. – 167825



Deliberação: Por unanimidade, aprovar a atribuição do montante de 500,00€ (quinhentos euros), à Associação Nacional de Desporto para Deficientes Visuais (ANDDVIS), nos termos e com os fundamentos da referida informação da Divisão Financeira.



Nº 13 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Divisão Financeira, datada de 15 de abril de 2014, que remete para aprovação, a atribuição do montante de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros), para apoio à realização da IX Gala Antena Livre & Jornal de Abrantes, no dia 16 de Maio de 2014.

Solicita igualmente, a isenção do pagamento de taxas, pela utilização do auditório do cine-teatro S. Pedro, em Abrantes. - 166539

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a atribuição do montante de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros), para apoio à realização do referido evento, assim como a dispensa total do pagamento de taxas, pela utilização do auditório do cine-teatro S. Pedro, em Abrantes, de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.



Nº 14 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Divisão Financeira, datada de 15 de abril de 2014, que remete para aprovação, a atribuição do montante de 15.000,00€ (quinze mil euros), para reforço da verba transferida para o Banco Social ao abrigo do protocolo celebrado para o efeito, tendo em conta a necessidade identificada pela equipa técnica de acompanhamento do programa de continuar a assegurar o apoio financeiro às diversas famílias que o têm solicitado ou o solicitem de novo, em virtude de estarem numa situação de vulnerabilidade social, em resultado, sobretudo, de situações de desemprego. - 74097

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o montante de 15.000,00€ (quinze mil euros), para reforço da verba atribuída ao programa de Banco Social, nos termos da referida informação da Divisão Financeira.

Aos respetivos serviços para procederem em conformidade.



Nº 15 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Divisão Financeira, datada de 15 de abril de 2014, dando conta dos processos de despesa realizadas em fevereiro de 2014, ao abrigo do parecer genérico para 2014. - 156502

Tomado conhecimento.



Divisão de Desporto e Juventude

Nº 16 – Para conhecimento, o Vereador Luís Dias, no âmbito do plano de atividades para 2014 da Divisão de Desporto e Juventude, apresentou o resumo quinzenal, a levar a efeito de 22 de abril a 06 de maio do corrente ano - 167659

Tomado conhecimento.



Divisão de Educação, Ação Social, Juventude, Bibliotecas e Arquivo

Nº 17 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de uma informação da vereadora Celeste Simão, datada de 31 de março de 2014, que remete para aprovação, parecer do Conselho Municipal de Educação acerca do Movimento anual da Rede Escolar para 2014/2015: Educação Pré-escolar e Escolas Básicas do 1º Ciclo do Ensino Básico. - 160769

O vereador Avelino Manana questionou se, relativamente ao Jardim de Infância de Casa Branca, os pais e a junta de freguesia já foram ouvidos, conforme consta do parecer do Conselho Municipal de Educação.

Questionou igualmente se foi já acautelada a questão do transporte, uma vez que, ainda que a as distâncias não sejam grandes, há uma alteração na rotina das crianças e dos pais.

A vereadora Celeste Simão esclareceu que todos os anos é solicitado que a Câmara Municipal se pronuncie sobre a movimentação da rede escolar. Informou ainda que, os encarregados de educação e a junta de freguesia foram ouvidos durante este processo.

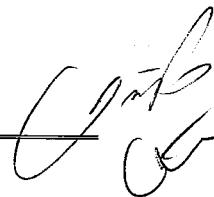
Quanto às questões relacionadas com o funcionamento, nomeadamente refeições, apoio à família e transportes estão acauteladas.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido parecer, nos termos da citada informação da vereadora Celeste Simão, e enviar o mesmo à Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares.



Nº 18 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a um pedido do Sport Abrantes e Benfica, a solicitar a cedência do refeitório da escola António Torrado, no dia 18 de abril de 2014, para organização de almoço no âmbito da realização da 3ª edição do torneio internacional de futebol - ABRANTES CUPF7. - 163976

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a cedência gratuita das instalações da Escola António Torrado, nos termos solicitados.



Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística

Nº 19 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-presidente da Câmara, João Gomes, referente a uma informação do Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 11 de abril de 2014, que remete para aprovação, a abertura do período de discussão pública pelo período de 30 dias úteis, referente à revisão do Plano de Urbanização de Tramagal, nos termos e com o encaminhamento previstos no Artigo 77º do Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de setembro, na sua atual redação. - 23803

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a abertura do período de discussão pública referente à revisão do Plano de Urbanização de Tramagal, nos termos da referida informação do Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para os devidos efeitos.



Nº 20 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-presidente da Câmara, João Gomes, referente à informação nº 06/2014 CD do Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 11 de abril de 2014, acerca do pedido de licença de construção de edificação destinada à instalação de atividades de prestação de serviços, requerido por Tagusvalley - Associação para a promoção e desenvolvimento do Tecnopolo. - 152859

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o projeto de arquitetura apresentado, nos termos e com os fundamentos da referida informação nº 06/2014 CD do Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística.

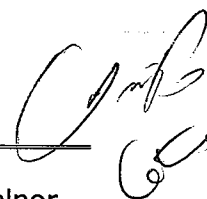
Deverão ser apresentados os seguintes projetos da especialidade:

- Estabilidade que inclua o projeto de escavação e contenção periférica (quando aplicável);
- Projeto de redes prediais de água e esgotos;
- Projeto de alimentação e distribuição de energia elétrica ou ficha eletrotécnica;
- Projeto de comportamento térmico, termo de responsabilidade, ficha resumo caracterizadora e Pré-certificado, cf. ponto 1.1 do Anexo à Portaria 349-C/2013, de 2 de dezembro;
- Projeto de drenagem de águas pluviais;
- Projeto de instalação de gás, devidamente visado por entidade inspetora competente;
- Projeto de segurança contra incêndios ou ficha de segurança nos termos do Decreto-Lei nº 220/2008, de 12 de novembro (SCIE); Projeto acústico;
- Projeto de instalações telefónicas e de telecomunicações.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para os devidos efeitos.



Nº 21 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 16 de abril de 2014, que aprovou a emissão de parecer relativo à renovação de alvará de licença para as operações de gestão de resíduos nº



42/2009 – Estação de transferência de RSU's de Abrantes, conforme solicitado pela Valnor – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., com o seguinte teor: – 165219

"Porque a pretensão da Valnor – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., não deverá ser equacionada no âmbito da oferta prevista de solo urbano, situação que se mostraria mais indesejável pela proximidade de residências e atividades várias, a Câmara Municipal considera a Classe de Espaço Agro-Florestal (ou a de Espaço Industrial, inexistente porém na respetiva freguesia) a mais adequada a alocar um tipo de infraestrutura como a pretendida."

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu a Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no n.º 3 do artº 35 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

O vereador Luís Ablú Dias fez algumas referências a este processo, nomeadamente, sobre certas questões legais e alertou para a existência de algumas divergências, entre os pareceres dos serviços da Câmara Municipal de Abrantes e da CCDR.

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara.



Nº 22 - Em anexo, relação de processos da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, despachados pelo vereador João Gomes, ao abrigo das competências que lhe foram subdelegadas pela Presidente da Câmara.



Divisão de Manutenção, Transportes

Nº 23 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 15 de abril de 2014, que aprovou o pedido da Câmara Municipal de Constância, para a cedência de 100 grades anti-motim, destinadas à vedação das zonas de realização das atividades da Festa da Nossa Senhora da Boa Viagem, nos dias 19, 20 e 21 do mês de Abril de 2014. - 160197

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu a Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no n.º 3 do artº 35 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara.

Encerramento da Reunião

E não havendo mais assuntos a tratar, o Vice-Presidente da Câmara declarou a reunião encerrada pelas onze horas e trinta e cinco minutos.

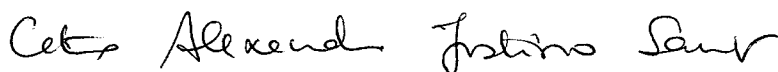
De tudo para constar se lavrou a presente ata, que se encontra aprovada, com exceção das intervenções dos elementos do executivo não determinantes de deliberação.

A Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização a redigiu e também a assina.

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA



A CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE MODERNIZAÇÃO



MUNICÍPIO DE ABRANTES

Data : 15/04/2014

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 2014/04/22

Folha : 1

PROCESSO			REQUERIMENTO			REQUERENTE, RESIDENCIA	DESCRIÇÃO, LOCAL DA OBRA	DESPACHO, DELIBERAÇÃO		
Tip	Número	Data	Tipo	Número	Data			Número	Tip	Data
04.06	07000233	2007/04/30	LICOR	07001312	2007/04/30	0208898905 CM00012076	NUNO MIGUEL PERMANDES ALEXANDRE RUA DA LADREIRA, N.º 23 BRUNHEIRINHO	construção moradia Rua do Estacal, n.º 114 Bemposta	14000057	DES 2014/04/03 T E O R
04.01	08000349	2008/06/30	LICOR	08001944	2008/06/30	0113895689 CM00009258	JOSE ANTONIO CARREIRA LOPES CASAL DA VARZEA	2014/04/02: No uso das competências que me foram sub-delegadas, defiro o pedido de autorização de utilização. 2014/04/02: No uso das competências que me foram sub-delegadas, defiro o pedido de autorização de utilização. 09.04.2014: No uso das competências que me foram sub-delegadas defiro o pedido de autorização de utilização.	14000058	DES 2014/04/09 T E O R

*** processado por computador ***
*** sistemas informa ***

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 22.04.2014

Processo		Requerente, Residencia		Descrição, Local da obra	Despacho / Deliberação		
Número	Data	NIF / Cliente Municipal	Nome / Morada		Tipo	Data	Teor
PG15258/2013:141907	16-10-2013	502207248	José Vasco e Filhos, Lda / Avenida 25 de Abril, lote 2 r/c esq. - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Alteração ao uso para serviços / Rua do Montepio nº 16 - 1ª esq - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Despacho	03-04-2014	Deferido pedido de (alteração de) autorização de utilização
PG13562/2011:34943	05-08-2011	105680311	Maria José de Jesus Simples Rodrigues / Rua Quinta D Arca, n.º 66 - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Alteração/ Legalização de habitação unifamiliar, anexo e muros / Rua Quinta D Arca, n.º 56 - Chainça - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Despacho	05-04-2014	Indeferido pedido de autorização de utilização, devendo ser concedido o indispensável período de audiência prévia escrita. Em consequência, deverá a titular do processo instruir pedido de regularização ou proceder aos trabalhos de correção de modo a adequar a edificação ao projeto aprovado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
PG14926/2013:140944	09-10-2013	139312552	António José Mateus Anastácio / Rua dos Foros de Amora - Amora	Legalização de alterações em habitação / Rua Professor Matias Lopes - Mouriscas	Despacho	06-04-2014	Deferido o pedido de autorização de utilização, nos termos propostos.
PG934/2014:154489	17-01-2014	131975927	Adriano da Silva Macieira / Rua da Aldeia, Edifício Bom Sucesso Bloco B 1º Dto - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Alteração/Legalização de fachada - Rua da Aldeia, Edifício Bom Sucesso Bloco B 1º Dto - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Despacho	06-04-2014	Admitida Comunicação Prévia prevista na alínea c) do nº 4 do Artigo 4º do RJUE

Processo		Requerente, Residencia		Descrição, Local da obra	Despacho / Deliberação		
Número	Data	NIF / Cliente Municipal	Nome / Morada		Tipo	Data	Teor
PG932/2014:154486	17-01-2014	108959252	Américo Falcão Brás / Rua da Aldeia, Edifício Bom Sucesso Bloco B R/c Dto - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Alteração/legalização de fachada - Rua da Aldeia, Edifício Bom Sucesso Bloco B R/c Dto - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Despacho	06-04-2014	Admitida Comunicação Prévia prevista na alínea c) do nº 4 do Artigo 4º do RJUE
PG4016/2012:64200	28-02-2012	121184978	Maria de Lurdes Barreto Branco / Rua República da Bolívia n.º 3580 - Benfica	Legalização de edifício de habitação / Rua Avelar Machado, n.º 12 - Alvega - União das freguesias de Alvega e Concavada	Despacho	06-04-2014	Deferido pedido de autorização de utilização, nos termos propostos
PG10532/2012:78151	12-06-2012	107839750	Francisco José Garrinhas Felício / Rua D. Dinis, n.º 8 - Alvega	Alteração/legalização de habitação unifamiliar e muro de vedação e construção de alpendre - Rua D. Dinis, n.º 8 - Alvega	Despacho	06-04-2014	Deferido pedido de autorização de utilização, nos termos propostos
PG8615/2011:25998	31-05-2011	507533410	Construções J. V. Dias, Lda / Rua da Sociedade, n.º 103 - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Construção de Moradia Unifamiliar / Urbanização Casais de Revelhos, lote 69 - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Despacho	06-04-2014	Admitida Comunicação Prévia prevista na alínea c) do nº 4 do Artigo 4º do RJUE.
PG4833/2014:165703	01-04-2014	129435619	Luis Manuel Ladeira Rego / Entre Serras - Mouriscas	Alteração de fachada / Casal da Igreja - Mouriscas	Despacho	08-04-2014	Aprovado projeto, nos termos e com o enquadramento focado na informação técnica. Deverão ser juntos os elementos complementares, dentro do prazo legalmente previsto para o efeito.
PG7169/2013:119188	03-05-2013	200634542	João Pires Martinho / Cascalhos - Mouriscas	Alteração/ ampliação de habitação - Cascalhos - Mouriscas	Despacho	08-04-2014	Deferida licença, nos termos sugeridos.

Carla
CS

Processo		Requerente, Residência		Descrição, Local da obra	Despacho / Deliberação		
Número	Data	NIF / Cliente Municipal	Nome / Morada		Tipo	Data	Teor
PG6206/2011.21556	28-04-2011	152247327	Vitor Manuel de Jesus Conde / Calçada de São José, n.º 68 - 1.º - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Reconstrução de edifício de habitação e armazém / Rua 5 de Outubro, n.º 21 e 23 - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Despacho	08-04-2014	Deferida licença para execução da operação urbanística sendo condições do licenciamento: 1. A conformidade com os materiais e acabamentos previstos no projeto, destacando-se o material da caixilharia e preenchimento de vãos (madeira pintada a tinta de óleo) e o tipo de reboco (iso). 2. A substituição da porta exterior atualmente existente em alumínio anodizado por outra de material semelhante ao preenchimento dos restantes vãos; 3. A implementação de metodologia de procedimento face aos recursos arqueológicos.
PG11287/2011.30880	08-07-2011	115109927	Maria de Lurdes Marques Alves / Rua Dr. Figueiredo, n.º 12 Cave Dta - Lisboa	Alteração de habitação / Lugar do Tojal - Mouriscas	Despacho	09-04-2014	Deferida licença, nos termos sugeridos.
PG16438/2013.144813	06-11-2013	152861068	Maria Julia Bandarra Nunes Coco / Rua do Cabeço n.º 760 - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Alteamento de cobertura de habitação / Rua do Cabeço n.º 760 - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Despacho	12-04-2014	Rejeitado liminarmente; promova-se audiência prévia.

Processo		Requerente, Residência		Descrição, Local da obra	Despacho / Deliberação		
Número	Data	NIF / Cliente Municipal	Nome / Morada		Tipo	Data	Teor
PG2009/2014:157483	10-02-2014	157057984	Aniceto Baptista Soares / Rua Doutor João Mota e Carvalho - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Alteração /Legalização habitação unifamiliar, anexo e muro de vedação - Rua Dr. João Mota e Carvalho, lote 16, Chainça - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Despacho	13-04-2014	Considerando os incumprimentos relativos às posturas do Alvará (e Regulamento) do Loteamento, rejeitada Comunicação Prévia, nos termos do nº 1 do Artigo 36º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação. Promovase o indispensável período de audiência prévia, escrita e por um período máximo de 10 (dez) dias úteis. Findo esse período, o processo deverá retornar a decisão com vista à implementação das medidas de tutela da legalidade urbanística.
PG4740/2012:65712	09-03-2012	122480546	Francisco Manuel de Matos Paisana / Travessa 14 de Junho, n.º 40 - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Legalização de alteração em moradia e muro de vedação / Travessa 14 de Junho, n.º 40 - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Despacho	13-04-2014	Deferido pedido de autorização de utilização, nos termos propostos.
PG6840/2012:70104	12-04-2012	148209092	Cândido Mendes da Mota Capitão / Estrada Nacional 118 - Tramagal	Construção de edifício destinado a arrumos agrícolas / Vale Salgueiro - EN 575 - Tramagal	Despacho	13-04-2014	Deferido pedido de autorização de utilização, nos termos propostos.
PG315/2014:152514	07-01-2014	502385090	Mitsubishi Fuso Truck Europe / Apartado 7 - Tramagal	Construção de Parque CPU / Construção de Parque CPU - Zona Industrial Casal da Coelheira - Tramagal	Despacho	11-04-2014	Aprovado projeto, devendo ser juntos os restantes projetos de especialidades, no prazo legalmente previsto para o efeito.